



ASFIA/RJ

ASFIA

Informativo da Associação dos Servidores da Fundação para a Infância e Adolescência

www.asfia.org.br

FUNDADA EM 21 DE OUTUBRO DE 1981

ANO IX - Nº XX - FEVEREIRO 2017

2016 O ANO QUE NÃO ACABOU!

Servidores sofrem com salários atrasados, calote no 13º Salário e angústia por imposição de um pacote de maldades que pode reduzir vencimentos já defasados





Atendimento a menores de idade pela FIA

Na década de 60 e início de 70 existia o antigo Estado do Rio de Janeiro, cuja Capital era Niterói. Aqui havia a FLUBEM que tinha o Educandário Paula Candido (Charitas), Educandário Almir Madeira e Edson Arantes do Nascimento, ambos no bairro do Barreto em Niterói, Protógenes Guimarães em Araruama, Oswaldo Aranha em Dorandia e Rego Barros em Conceição de Macabu. Além desses locais existiam vários internatos e semi-internatos conveniados, espalhados pelo Estado do Rio de Janeiro para dar conta da demanda de internação, a qual geralmente decorria de uma questão socioeconômica.

Na Guanabara funcionava a FUNABEM (âmbito Federal), cuja Fundação tinha internatos para menores do sexo masculino com ato infracional, além do Hospital da FUNABEM, para atendimento a Menores.

Nesse Estado também existia a FEBEM com os seus atendimentos.

Quando ocorreu a fusão dos dois Estados, houve também a fusão da FLUBEM com a FEBEM, passando a nova Instituição a se chamar FEEM.

Nesta fase a Fundação tinha o atendimento na Unidade II (Ladeira do Ascurras) destino a recém-nascidos até a idade de seis anos e também o Educandário Santos Dumont destinado a meninas com ato infracional.

Foi também construída na Cidade de Deus, uma creche para atendimento a essa comunidade, a qual se chamava Maria Beralda, outra construção se deu em Padre Miguel chamada de Castorina Faria Lima, devido na época ter sido constatado a necessidade dessa comunidade a ter acesso aos serviços da FEEM.

Outra casa foi construída em Antares (Santa Cruz) que passou a ser chamada de Bernhard Kaden em homenagem ao genitor da Presidente da FEEM, na época Senhora Irna Kaden.

Na década de 70 80 e 90 a FEEM tinha vários convênios, espalhados por todo Estado e atendia a uma quantidade imensa de Menores de Idade.

Com a promulgação do ECA em 13/07/1990 a Fundação continua o mesmo esquema de atendimento e por volta de 1998 ela já se chamava FIA, adequando o nome da Instituição ao ECA. Nessa época começou a desistitucionalização, o Estado passa a cortar investimentos para a FIA e nas políticas públicas relacionadas a esse segmento da sociedade.

Deu-se a devolução de menores (crianças e adolescentes) que se encontravam sob a tutela do Estado para os respectivos genitores e/ou responsáveis. Anteriormente no Código de Menores, os genitores não tinham condições de sustentar os filhos,

motivo pelo qual recorriam aos juizados para internação a fim de que os mesmos pudessem estudar, mas com o advento do ECA, esses pais “milagrosamente” passam a ter condição e desta forma as crianças e adolescentes passam a ser entregues às famílias, as quais também não tiveram respaldo do Estado.

A Creche Maria Beralda, passa para o Município, assim como o Programa Curumim, onde as crianças ficavam na Instituição ao sair da Escola Pública e vice-versa e neste programa elas tinham reforço escolar, preparação dos exercícios escolares, orientados por professores, além de outras atividades. Esse programa passado para o Município **morreu** e a FIA não absorveu porque a prevenção fica a cargo dos Municípios, enquanto a FIA fica com atendimento de alta e média complexidade. Isto provocou imensa perda para a população e o Estado nada fez porque desejava se livrar de programas (fazeres).

O Bernhard Kaden funcionava como creche, abrigo para puérperas e gestantes, e Centro de atividades integradas.

O Castorina Faria Lima funcionava como creche, abrigo, Centro de Atividades Integradas e Centro de Atividades Complementares.

O Bernhard Kaden situado em Antares e Castorina Faria Lima em Padre Miguel, ambas as comunidades necessitavam dessas atividades o

que é uma forma das crianças e adolescentes estarem envolvidas com atividades e orientadas na perspectiva de mudanças de vida, onde a família teria possibilidade de uma promoção social de fato.

Até a década de 90 a Fundação mantinha suas três triagens, os internatos chamados Educandários próprios e uma gama de convênios com Educandários para atendimento a crianças e adolescentes onde estudavam, além de convênios com entidades especializadas para atendimento aos portadores de necessidades especiais.

Além disso, tínhamos vários locais que eram operacionalizados, semi-internatos, externatos, onde eram realizados vários programas abertos de atendimento à população, como no caso do Patrulheirismo, hoje chamado de PTPA (Programa Trabalho Protegido na Adolescência) os quais eram espalhados em vários locais do Município do Rio de Janeiro e também em vários outros Municípios, que após a formatura dos mesmos (ambos os sexos) eram encaminhados a Empresas privadas para Estágio

renumerado e muitos, antes de completarem 18 anos eram contratados pelas próprias empresas.

Tínhamos uma casa em Jacarepaguá, que era o Educandário Nossa Senhora Aparecida do Norte e outra casa na Cidade de Deus denominada Odilo Costa Neto com atendimento aberto à comunidade, o CEDIT em Nova Iguaçu e o CETALC (Centro de Trabalho Alzira Lafayeth Cortes) destinado ao PTPA e outras atividades semiprofissionalizantes em Niterói.

Os últimos Governos do Estado do Rio de Janeiro passaram a não investir na FIA, tanto em recursos humanos, físicos como a manutenção e obras necessárias para que as casas não desmoronem, uma vez que o Patrimônio da FIA é Estado.

Na parte financeira corta o atendimento à criança e ao adolescente, pois o Estado nunca demonstrou nenhum interesse na política pública de atendimento a criança e ao adolescente, fato que daí decorre um alto índice de criminalidade.

- Em 2000 a FIA tem convênios com 310 entidades, atendendo a 26.831 crianças e adolescentes no Estado do Rio de Janeiro (média de 536,6 aa).

- Em 2005 temos convênios com 165 entidades atendendo a 20.232 crianças e adolescentes no Estado do Rio de Janeiro.

- 2010 temos convênios com 198 entidades atendendo a 18.756 cri-

anças e adolescentes no Estado do Rio de Janeiro.

- Em 2015 temos convênios com 124 entidades, atendendo 9.387 crianças e adolescentes no Estado do Rio de Janeiro.

- Em 2016 temos convênios com 111 entidades, atendendo a 8.582 crianças e adolescentes no Estado do Rio de Janeiro.

- Em 2017 a FIA rompe com os convênios e logo deixa a população sem atendimento.

Desta forma vemos que o número de casas conveniadas, que reflete na quantidade de atendimento, há uma diminuição assim, o Estado entrega a classe menos favorecida nos braços da criminalidade e desta forma o Estado também é coautor da criminalidade que vivenciamos em todo Estado do Rio de Janeiro.

O Estado pode e deve investir na Educação, Saúde preventiva e curativa, com tratamento de esgoto, infraestrutura e que é uma forma de saúde e desta forma teremos menos pessoas doentes. Na área da criança e adolescente deverá existir política pública de atendimento, ações para impedir que os

mesmos posteriormente fossem para o DEGASE e finalmente para os presídios e neste, sem nenhuma pretensão de recuperação, muito pelo contrário a criminalidade aumenta e toma conta dos grandes centros já que as condições carcerárias são as piores possíveis, não existindo trabalho para recuperação. Literalmente é um depósito.

A visão dos políticos é a criação de novos presídios para poderem mamar nas obras superfaturadas, mas deveria ser feita manutenção dos presídios e rever processos de pessoas que estão atrás das grades e que nunca foram julgadas, isto é um desrespeito total ao ser humano.

Fazer novos presídios sim, para colocar políticos de todos os níveis os quais são empregados do povo e cometem roubos contra a população.

O Estado se diz quebrado, mas é claramente visível a má administração, os desvios de conduta dos governantes, gerando falcatruas e roubos além da massificada isenção fiscal para seus cúmplices, promulgada pelos governantes e alguns deputados, que a aprovaram levando ao caos o Estado, isto sem falar nas obras superfaturadas dos seus respectivos pares e patrocinadores.

Podemos economizar muito, é só cortar os excessos. No Senado não é necessário mais que um Senador por Estado. Corta-se a quantidade de deputados federais pela metade e assim sucessivamente até chegar aos vereadores e extinguir as aposentadorias indevidas dessas pessoas que são malfeitores da sociedade.

Para ter direito a aposentadoria tem que trabalhar 35 anos e contribuir para a previdência. Cortar os salários dos políticos pela metade e as benéncias concedidas por eles e para eles, então teremos uma grande economia, isto sem falar no judiciário.

É primordial que o Estado como um todo invista em políticas públicas, isso não é gasto é investimento. A classe política esta deteriorada cerca de 98% e a justiça não sabemos se podemos contar, pois a maioria do que se vê são representantes que ficam do lado para o qual o vento esta soprando.

O povo dá resposta nas urnas e a resposta deveria ser mais contundente pela sua indignação para com aqueles que são seus empregados.

Todo político é empregado do povo. O povo é o patrão e teria que ser mais energético com seus empregados. Destituí-los indo as ruas fazer cobranças de maneira ordeira e fazer prevalecer seu desejo, retirar do poder os maus políticos, o que é possível de ser realizado.

Basta Querer.

Gilberto Borel

Todo político é empregado do povo. O povo é o patrão e teria que ser mais energético com seus empregados

Após ocupação do Parlamento, série de manifestações transforma Alerj em praça de guerra

O ano novo começou como acabou 2016. Servidores públicos ficaram sem o 13º salário e sem pagamento. A folha de novembro foi quitada no dia 17 de janeiro. O primeiro protesto do ano ocorreu no Palácio Guanabara. As últimas manifestações do ano passado foram realizadas na Alerj (Assembleia Legislativa) depois que o governador Luiz Fernando Pezão enviou o Pacote de Maldades no início de novembro para ser votado no Parlamento. Uma série de atos públicos foi realizada e um deles terminou com a ocupação do Parlamento. Posteriormente, para evitar nova ocupação, houve confrontos entre as forças do Governo e os manifestantes, que transformou a área em frente à Alerj em uma verdadeira Praça de Guerra.

Sob protesto dos servidores públicos de várias categorias, o Projeto de Lei do Poder Executivo que reconhecia o Estado de Calamidade Pública financeira foi aprovado na Alerj no dia 1º de novembro. O objetivo era permitir ao Estado descumprir alguns artigos da Lei de Responsabilidade Fiscal sem ser penalizado.

Algumas emendas parlamentares também foram aprovadas e limitaram o estado de calamidade até 31 de dezembro de 2017, além de revogar o direito do Governo em contratar sem fazer licitações e também vetou a demissão dos servidores públicos.

CONFISCO

O Pacote de Maldades contra o servidor público e a população fluminense foi anunciado pelo governador Luiz Fernando Pezão no dia 4 de novembro com a desculpa de o “pacote de austeridade” ajudaria recuperar as finanças do Estado. No total foram seis de-



FOTOS ANDERSON SANCHEZ

Polícia Montada, Caveirão, bombas e gás de pimenta contra os servidores na Alerj

cretos, uma indicação legislativa e 22 projetos de lei. Os decretos reduziram o número de secretarias de 20 para 12, a diminuição de 30% dos cargos em comissão e 50% das gratificações de encargos especiais e a redução de custeio das secretarias. Parte destas medidas já foram revogadas no fim de janeiro de 2017.

Outros decretos determinavam a municipalização do programa Restaurante Cidadão e a extinção do programa Aluguel Social e Renda Melhor e Renda Melhor Jovem.

Os projetos de lei previam a extinção de autarquias e fundações, o cancelamento do reajuste salarial de algumas categorias que foram parcelados anualmente, a extinção do adicional por tempo de serviço

(triênio), o aumento da alíquota previdenciária de 11% para 14% e a mais absurda de todas as propostas seria uma alíquota adicional temporária, que poderia durar 16 meses e depois ser prorrogada, de 16% para os servidores ativos, inativos e pensionistas acima de R\$ 5.189,82 e de 30% para os inativos e pensionistas que recebem abaixo desse valor.

O deputado Jorge Picciani, presidente da Alerj, disse que pretende discutir as 22 propostas com a população e os servidores. Os projetos seguirão o trâmite normal passando por cada uma das comissões.

O deputado Luiz Paulo Corrêa da Rocha (PSDB) declarou que algumas medidas eram desumanas e até inconstitucionais. As alíquotas de 16% e 30%, por exemplo, classificou como confisco.



Primeiro Ato Público de 2017 foi no Palácio Guanabara, onde os servidores reivindicaram seus direitos

OCUPAÇÃO

O MUSPE (Movimento Unificado dos Servidores Públicos) continuou a realizar o primeiro Ato no dia 7 de novembro. No dia seguinte foi a vez dos servidores da área de Segurança. Pelo menos cinco mil integrantes das polícias Civil e Militar, do DETRAN, bombeiros e inspetores penitenciários realizaram uma manifestação na frente do parlamento. Eles decidiram ocupar a Alerj às 14h e depois de abrirem o portão de ferro da frente do parlamento, sem resistência dos policiais militares que faziam a contenção, cerca de 300 servidores conseguiram entrar e ocuparam o plenário da Casa Legislativa.

Os servidores exigiam a retirada do pacote de maldades e a renúncia do governador Luiz Fernando Pezão. Havia informação de possível invasão do Batalhão de Choque, grande parte dos manifestantes deixou o Plenário. Cerca de 40 pessoas permaneceram e deliberaram por sair pacificamente após três horas de ocupação.



O MUSPE voltou no dia 9 de novembro e reuniu cerca de três mil pessoas. Depois de uma negativa do presidente da Alerj, Jorge Picciani (PMDB), de atender os líderes das categorias, houve uma tentativa de nova ocupação do parlamento. A Polícia Militar dessa vez reforçou o efetivo e evitou a entrada dos servidores de forma truculenta jogando bombas de gás lacrimogêneo e agredindo várias pessoas. Um agente do Degase foi preso.



FOTOS ANDERSON SANCHEZ

A servidora da saúde, auxiliar de enfermagem, Mariah Casanova, passou mal com o gás de pimenta usado pelos policiais militares e foi socorrida.

Antes da confusão, Jorge Picciani, mandou informar, por meio de assessores, que não iria votar o Projeto de Lei nº 2241/2016, que previa as alíquotas extras de 16% e 30%.

O Tribunal de Justiça já havia concedido uma liminar ao deputado Luiz Paulo Correa da Rocha (PSDB) impedindo que o projeto de lei tramitasse na Alerj.

PRAÇA DE GUERRA

Os servidores públicos estaduais realizaram novo protesto no dia 16 de novembro, quando os deputados estaduais começaram a discussão sobre os 21 projetos de lei. Apesar do reforço do Batalhão de Choque da Polícia Militar, manifestantes tentaram ocupar o parlamento novamente. O local virou uma verdadeira praça de guerra.



O clima começou a ficar tenso no início da tarde quando parte dos manifestantes tentaram derrubar o alambrado montado em frente ao parlamento. Depois de várias tentativas, o primeiro obstáculo veio ao chão e os servidores ocuparam as escadarias da Alerj.

O Batalhão de Choque da Polícia Militar foi acionado e atirou bombas de efeito moral, gás de pimenta e usou munição menos letal contra os manifestantes.



Servidora da Saúde Mariah passou mau por causa das bombas arremessadas pelos policiais militares

FOTOS ANDERSON SANCHEZ



Alguns servidores foram feridos, mas grande parte de quem protestava retornou para frente da Assembleia mesmo com a presença de carros blindados e da Polícia Montada que se posicionaram em frente ao parlamento.

Os servidores criticaram a atuação da Polícia Militar. Segundo eles, a ação foi extremamente violenta. Contudo, dois integrantes do batalhão de Choque abandonaram a tropa e foram ovacionados pelos manifestantes.

Os representantes das categorias se reuniram com os líderes dos partidos no parlamento e entregaram um Plano B para o Governo enfrentar a crise financeira no Estado. O acesso às galerias do plenário continuou limitado.

Os deputados estaduais anunciaram que mais sete projetos de lei não seriam votados. As mensagens tratavam da extinção de fundações e autarquias.

Os deputados chegaram a conclusão de que os projetos feriam à Constituição estadual e por esta razão deveria ter chegado ao parlamento como propostas de Emenda à Constituição.

No primeiro dia de votação do Pacote de Maldades, no dia 6 de dezembro, a Alerj virou uma praça de guerra novamente. Os confrontos se estenderam por várias ruas do Centro e duraram cinco horas.

A reação da Polícia Militar e da Força Nacional, requisitada pelo Governo estadual, foi imediata. Eles atiraram bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo. Alguns servidores também ficaram feridos ao serem atingidos por munições de borracha.

Os manifestantes revidaram com fogos de artifício e pedras. Fizeram barricadas com objetos que foram incendiados. Além de pneus e caixas de madeira, os manifestantes também usaram containers de lixo. Pelo menos 30 pesso-

as ficaram feridas, sendo 11 policiais, segundo a PM.

Enquanto isso, dentro da Alerj, apesar do pedido de deputado Eliomar Coelho (PSOL) de suspender a votação, o presidente da Assembleia Jorge Picciani continuou com a votação.

O governador Luiz Fernando Pezão, que estava em Brasília, disse que uma “minoria” tentou fazer “baderna” nas manifestações.

Em entrevista, disse “temos 448 mil funcionários públicos ativos e inativos. Isso é uma minoria que se aproveita desse momento, dessas manifestações. Isso não é a totalidade da população fluminense, não é a totalidade dos funcionários públicos”.

PASSEATA E FLORES

A Alerj adiou a votação prevista para o dia 12 de dezembro com o receio de novos confrontos. Os servidores levaram flores e vestiram camisas brancas.

A estratégia de segurança realizada pela Polícia Militar no entorno do parlamento também foi diferente. O Batalhão de Choque se posicionou nas esquinas das ruas 1º de Março com as ruas São José e da Assembleia.

Todos os manifestantes que estavam com bolsas e mochilas foram revistados. Um bombeiro foi preso porque carregava pedras e um professor chegou a ser detido, mas foi liberado após a intervenção dos manifestantes.

Alguns servidores decidiram acampar nas escadarias da Alerj para evitar serem pegos de surpresa por uma votação em caráter de urgência.

Os servidores decidiram realizar várias passeatas pelo Centro da Cidade. A primeira caminhada foi até a Avenida Rio Branco, depois aumentaram o trajeto até a Avenida Presidente Vargas, chegaram a ir ao



Ato Público com a Ceia da Miséria foi realizado no dia 23 de dezembro de 2016

Aeroporto Santos Dumont posteriormente e também pararam em frente ao prédio do Ministério Público estadual, na Avenida Marechal Câmara.

PACOTE NÃO APROVADO POR COMPLETO

No dia 20, não foram votados os dois projetos de lei que estariam em pauta. O que suspendia o reajuste salarial dos policiais civis e militares, inspetores penitenciários e auditores da Receita Federal foi devolvido ao Poder Executivo. Já o que previa o reajuste do Rio Previdência de 11% para 14% foi adiado para fevereiro. Somente o projeto de Lei Orçamentária Anual foi votado e pela primeira vez foi aprovado com um déficit de R\$ 19 bilhões.

Dos 22 projetos de lei enviados, somente sete foram aprovados. Uma vitória dos servidores organizados pelo MUSPE. O projeto de lei que reduzia em 30% o salário do governador, do vice-governador e dos secretários foi vetado pelo governador no dia 30 de dezembro. Os outros seis ele sancionou. Entre eles o reajuste temporário de alíquotas como o ICMS dos produtos, o corte de renda para o Bilhete Único Intermunicipal para quem ganha menos de R\$ 3 mil.

SOFRIMENTO

O site G1 publicou uma matéria mostrando o sofrimento dos servidores públicos estaduais, incluindo profissionais da FIA por causa da falta de pagamento no final de ano.



O primeiro Ato Público do ano foi no dia 5 de janeiro. Os servidores se concentraram no Largo do Machado e fizeram uma passeata até a sede do Governo do Estado, o Palácio Guanabara, em Laranjeiras, zona sul da cidade.

Lideranças das categorias recusaram ser recebidas por assessores do governador Luiz Fernando Pezão. Ficou decidido que se o governador não recebesse os representantes dos servidores, ninguém entraria no Palácio.

Somente os servidores da Secretaria de Educação receberam em dia, incluindo o 13º Salário, devido aos recursos do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação).

Resistência à extinção da SEASDH

FOTOS ANDERSON SANCHEZ

A possibilidade de extinção da SEASDH (Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos) foi tema de uma reunião da ASFIA com a diretoria da FIA no dia 10 de outubro.

A presidente da FIA, Renata Ignarra, tentou tranquilizar aos servidores e pediu para que todos continuassem a dar prosseguimento nas atividades.

O vice-presidente da ASFIA, Carlos Alberto, por sua vez discursou no sentido de mobilizar a categoria para o risco de prováveis surpresas.

– Devemos ficar em estado de alerta e mobilizados para evitar surpresas por parte desse governo. Temos que mostrar o valor da FIA e a força que nós temos – disse Carlos Alberto para mais de 60 servidores que estavam no auditório da sede da FIA, em Botafogo.



Audiência Pública do dia 17 de novembro começou com Ato Público

Audiência Pública

Uma audiência pública contra a extinção da SEASDH foi convocada pela deputada Tia Jú (PRB) e pelo deputado Márcio Pacheco (PSC) e realizada na Alerj (Assembleia Legislativa) no dia 17 de novembro. Mobilizou centenas de pessoas ligadas à defesa dos direitos humanos e sociais.

Além da audiência, a ASFIA também participou do Ato Público que aconteceu antes nas escadarias do Palácio Tiradentes.

No dia 24, uma audiência conjunta das comissões de Defesa dos Direitos das Mulheres, de Defesa da Pessoa com Deficiência e da Criança, Adolescente e Idoso aconteceu no auditório do prédio anexo da Alerj

e reuniu pessoas de vários segmentos com o objetivo de debater estratégias para evitar o fim da SEASDH.

O deputado Carlos Minc (sem partido) informou que uma das resoluções da primeira audiência foi solicitar uma reunião com o governador em exercício Francisco Dornelles, mas não obteve resposta. Minc chegou a cogitar uma articulação com outros deputados para realizar uma obstrução com o intuito de evitar a extinção.

O Governo anunciou junto com o Pacote de Maldades que a SEASDH seria incorporada à Secretaria de Saúde, que passaria a ser Secretaria de Saúde e Assistência Social com a FIA subordinada. Contudo, no fim de janeiro voltou atrás e a Secretaria não foi extinta.



Audiência Pública do dia 24 de novembro

Reuniões com a FIA

A ASFIA se reuniu com a diretoria da FIA (Fundação para a Infância e Adolescência) em várias ocasiões antes do agravamento da crise financeira no Governo estadual.



Um encontro para tratar sobre o futuro do PTPA (Programa de trabalho Protegido na Adolescência) foi realizado no dia 01º de agosto. No dia 13 de setembro, a então presidente da Fundação, Renata Ignarra, respondeu aos itens da pauta da reunião. Ela informou que processo administrativo para o Reordenamento estava no Ministério Público.

O presidente da ASFIA, Rogerio Fernandes, disse que a ASFIA fica limitada para apresentar soluções porque as mudanças demandam recursos.

– Há anos o Governo vem reduzindo o orçamento da FIA. A crise agora é maior. Daqui a pouco a Fundação se extingue porque não terá mais como funcionar – desabafou Rogerio.



OPINIÃO

O Funeral das Urnas

Sempre que escrevo algum assunto para nosso jornal, procuro aproveitar pedaços das edições anteriores. Faço isso com enorme humildade até porque me ajuda a por em prática meu raciocínio. Uma vez que sempre estou aprendendo.



Peres

O tema deste espaço não poderia deixar de ser outro senão o processo do Impeachment (palavrinha difícil de escrever). Mais uma vez como das anteriores, assisti através das redes de televisão o fatídico Golpe Jurídico/Legislativo. Já que em algumas décadas atrás os golpes eram feitos com tanques, fuzis, metralhadoras, torturas e etc.

Vi naquele Senado Federal um grande exército de golpistas, que em sua maioria, ou seja, 60% respondem a processo judicial. Notei também que eles e elas (golpistas) com suas argüições sempre repetitivas nada conseguiram provar contra a presidente eleita pelo voto direto.

Também observei e fiquei perplexo quando um jurista conseguiu evocar a plenos pulmões o nome de Deus e dos netos. (Ora, ora. Deus não tinha nada com isso e coitadas das crianças).

Como nessa vida nem tudo é catarse, pude ver uma coisa muito boa. O nosso grande e maravilhoso poeta Chico Buarque (dormia a nossa pátria mãe tão distraída), que ao deixar o Palácio da Alvorada afir-

mei com todas as letras: **É Golpe!**

Sabemos, ou não sabemos, muito bem que no País que habitamos existem alguns órgãos de informação muito poderosos e uma federação industrial em São Paulo, que elege e depõe presidentes. Vide o caso do presi-

dente no ano de 1992.

Estes e outros órgãos têm um poder enorme de mudar as opiniões das pessoas. Principalmente aquele do Plim-Plim, que entra nos lares do povo (**como diz a letra do samba do Zé do Carçoço): distrai tanta gente com sua novela, fazendo com que essas pessoas fiquem sem nenhum conhecimento político.**

Por essa, e entre outras razões, que o tiro de misericórdia, foi dado em 31 de agosto de 2016 (vai ficar na História), no qual o Brasil viveu um grande funeral das urnas, e eis que surge o Drácula. Oriundo da Transilvânia, Senhor dos Anéis (não senhor do golpe) e que às 14 horas deste dia sepulta 54 milhões de sufrágios.

Por fim, veio o julgamento sobre perda de poderes políticos. **Se sim ou se não, ou seja, a voz que pune é a mesma que afaga. É este o País de dimensões continentais onde rasgam até a Constituição que vira uma grande pizza fatiada à Francesa.**

Chega. Meus neurônios, já estão se esfacelando e a priori, perdi a mão e o raciocínio. Quero eleições agora!

REFLEXÃO

35º aniversário da ASFIA

Comemoramos o 35º aniversário da Associação no dia 21 de outubro. São 35 anos de muitas lutas, dedicação por parte de todos os diretores e dos associados, que através de preciosas contribuições chegaram a grandes conquistas.

Agradecemos aqueles que nos antecederam, que se doaram para essa Associação e deixaram o caminho para que déssemos continuidade ao trabalho, criando novas sedes e as mantendo. Nossa luta, porém, não terminou. Nossas batalhas ainda são muitas.

Nesta Associação foram obtidas inúmeras conquistas, todas realizadas a partir de muitas lutas como as que foram encampadas por melhores salários, por mais respeito pelos servidores (que muitas vezes lutaram sem conseguir nada e, ainda assim, seguiram em frente). Nada pode nos abater. Cada dia é uma nova chance para um recomeço e devemos aproveitar todas as oportunidades.

Amparados pela Associação compartilhamos momentos memoráveis. Foram excursões, almoços, confraternizações, cafés da manhã em sítios com todos os nossos companheiros das inúmeras unidades que compõem essa grande família a qual chamamos ASFIA.

Esses encontros fraternos com nossos companheiros nos mostravam o quanto nosso trabalho era importante e fundamental para o bem-estar da nossa sociedade. Compartilhamos experiências e vivências com servidores e ex-servidores, que nos apresentavam os avanços que conseguimos na vida de tantas famílias que por nós foram assistidas. Dessa forma, percebíamos a natureza do nosso trabalho: a ASFIA faz o bem por todos e para todos.

A diferença da nossa Associação está em proporcionar melhorias sempre movidas por ideais sólidos. Por esta razão, a manutenção da ASFIA agora é o nosso maior desafio. Não podemos permitir que a sociedade perca um bem tão precioso, representando o povo em suas mais diversas esferas e necessidades.

Quando vencermos essa grande luta, certamente novos desafios surgirão; entretanto, estaremos mais seguros, mais fortes e mais preparados para as futuras batalhas que enfrentaremos.

Parabéns ASFIA pelos seus 35 anos! Que muitos outros venham, com mais aprendizados, mais exemplos de conduta, respeito, carinho e cuidado! Essa comemoração é nossa!



Cecília de Lima Costa

NOTA DE FALECIMENTO

É com muito pesar que a Diretoria da ASFIA comunica o falecimento dos servidores:

Adilson Vieira dos Santos;
Alaide Cardoso Machado;
Celi Lúcia de Oliveira Cabral;
Geraldo dos Santos Brito;
Hernandes Cardoso Marins;
Maria Walderice Brilhante do Vale;
Raul Carlos da Silva Filho;
Therezinha dá Silva Sanches;
Vera Regina Rongel de Moraes.



CNPJ 31.887.300/0001-68

Sede: Av. Marechal Floriano, 199
 Sala 901 - CentroRio de Janeiro / RJ
 CEP: 20.080-005

Sub-sede:

Rua Voluntários da Pátria, 120
 Botafogo - Rio de Janeiro/RJ
 CEP 22260-010

Tels.: 2527-2568 - 2266-0331

Email: asfia@oi.com.br

Site: www.asfia.org.br

ROGERIO DE SOUZA FERNANDES
 Diretor Presidente

CARLOS ALBERTO DIAS
 (Gilberto Borel)
 Diretor Vice-Presidente

EUNICE GOMES AYRES
 Diretor Secretário

TEREZA CRISTINA DA CONCEIÇÃO
 Diretor Vice-Secretário

MARIA TERESINHA PINTO DA SILVA
 Diretor Tesoureiro

JUARENES GONÇALVES PERES
 Diretor Vice-Tesoureiro

IARA REGINA OLIVEIRA DA FONSECA
 Diretor de Comunicações e Imprensa

CLARA CLARICE DA COSTA TIMBÓ
 Diretor Sócio-Cultural

LÚCIA PEREIRA COELHO
 Diretor de Formação Sindical

CECÍLIA DE LIMA COSTA
 Diretor de Esporte e Lazer

NEUSA BRITTO
 Diretor de Administração

CONSELHO FISCAL

MARIA DAS GRAÇAS DE LIMA
 Membro Efetivo

MARLENE PEDRO RISCADO
 Membro Efetivo

CARMEN ELIZA LIMA SOARES
 Membro Efetivo

PAULO DE ALCÂNTARA PESSÓA
 Suplente

ANDERSON SANCHEZ
 Jornalista Responsável
 IP27896-RJ

Jorge Marcos
 Diagramação: 99666-4491

Tiragem
 2 mil exemplares

Impressão
 Gráfica MEC

O informativo é produzido pela
 S&M Editora
 www.semeditora.com.br

Atendimento e Reuniões
 Terças, quartas e quintas-feiras

FESTA CANCELADA

Caros colegas, diante dos desgovernos que tiveram e tem comportamentos criminosos, com falcaturas e roubos, deixando a população sem atendimento público e os servidores sem salários, não podemos realizar a FESTA DE FIM DE ANO.

Uma festa sempre é para comemorar, mas infelizmente não tivemos o que celebrar. Além de não termos salários, nós não temos recebidos as consignações. Isto significa que o Governo desconta o valor da ASFIA em nosso salário, mas não repassa os recursos para a Associação. Portanto, não comemoramos desgrça.

FIA na Olimpíada e Paralimpíada

Equipes da FIA (Fundação para a Infância e Adolescência) trabalharam na Olimpíada e na Paralimpíada Rio 2016 para prevenir o desaparecimento de crianças e adolescentes.

A distribuição de pulseiras de identificação e material informativo foi feita em locais de grande aglomeração de público. Uma parceria com o Detran permitiu a impressão do material em português e em inglês. Na pulseira constava nome, telefone e endereço da criança na versão bilíngue

Nos Jogos Olímpicos, foram distribuídos folders e 200 mil pulseiras de identificação nos Live Sites como no Parque Madureira, em Copacabana e no Boulevard Olímpico, na Praça Mauá.



Formatura dos alunos do PTPA da FIA

FOTOS ANDERSON SANCHEZ

AFIA (Fundação para a Infância e a Adolescência) realizou a cerimônia de formatura da primeira turma de 2016 do PTPA (Programa de Trabalho Protegido na Adolescência), no Teatro João Caetano, no Centro da Cidade, no dia 4 de outubro.

O curso que prepara jovens em condição de vulnerabilidade para o mercado de trabalho formou 236 adolescentes que estudaram durante quatro meses nas unidades da FIA.

Na unidade de Santa Cruz foram 69 jovens que concluíram o Programa; Ipanema, 56; Cidade de Deus, 41; 20 em Nova Iguaçu; e 50 adolescentes da unidade Maracanã. No total foram 138 meninos e 98 meninas.

O jovem William Salvador falou aos formandos sobre a própria experiência. Formado em janeiro de 2014 na FIA de Nova Iguaçu, ele foi encaminhado para o estágio Loterj (Loteria do Estado do Rio de



Janeiro). William foi efetivado em julho deste ano com auxiliar de serviço.

– O estágio da FIA é um começo para te colocar no mercado de trabalho. É uma grande oportunidade – disse.

Nos últimos 20 anos do curso, já foram mais de 20 mil adolescentes encaminhados para o mercado de trabalho. Na época da formatura existiam 29 instituições parceiras.



Além da presidente da FIA, estiveram no evento Marco Antonio Cabral, secretário de Esporte, lazer e Juventude, João de Barros Reis, o chefe de gabinete da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, Aline Bieites, coordenadora do projeto Futuro Agora da ONG, Rio Solidário, e o tenente Claudio Coutinho, coordenador do Proerd (Programa Educacional de Resistência às Drogas) da Polícia Militar.

Nova presidente da FIA se apresenta aos servidores

A FIA (Fundação para a Infância e Adolescência) tem uma nova presidente. América Tereza Nascimento da Silva é advogada e tem uma carreira política com base em Volta Redonda. A apresentação para os servidores da Fundação aconteceu no dia 23 de janeiro. A Diretoria da ASFIA também esteve presente.

A nova gestora da FIA fez uma apresentação e garantiu ter muito carinho pelo tema criança e adolescente. Segundo ela, é um desafio assumir a presidência da Fundação em um período de crise financeira.

— A política ser para isso. Tentar melhorar algo que está ruim.



A presidente se apresentou, mas não mostrou o programa de trabalho para solucionar os urgentes e gritantes problemas da FIA, que estão cada vez mais piorando

Tudo tem prazo de validade. A crise vai passar e a FIA não pode acabar. Quero contar a colaboração de vocês. Trabalho é parceria. Temos que nos ajudar a fazer um trabalho bom para as crianças — disse a presidente, que substituiu José Augusto Rocha da Silva, que ficou um pouco mais de um mês no cargo.

A nomeação foi publicada no Diário Oficial do Estado no último dia 17. América Tereza é filiada ao PMDB e exerceu vários mandatos como vereadora em Volta Redonda. No período 2013/2014, exerceu a função de presidente daquela casa legislativa.